

<ICOM>NOME ARQUIVO:"#"<FCOM><ME=2,MD=78,MS=3,MI=62><IROD><IQ><C>-
<NPAG=1><PAG> - <FQ><FROD><EL=2>
<TL=Arial><CP=9>

I. FEIÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL

A queda do Muro de Berlim disseminou mais euforia e perplexidade do que respostas claras às questões filosóficas e políticas que é capaz de suscitar.

Decorridas quase meia década do evento símbolo da crise mundial dos países socialistas percebe-se que ainda predominam assimilações rasteiras que simplesmente saudam a derrocada do socialismo numa postura apologética do capitalismo ou de alguns que parecem enquadrar a "queda do muro" como um problema de "construção civil".

No âmbito da esquerda a atitude típica ainda é de perplexidade e de desorientação. Certezas e convicções políticas arraigadas sofreram um "chute na cara" dado pela realidade e deixaram órfãos milhões de socialistas num mundo em que o socialismo está desaparecendo. São esfareladas posições teóricas que antes se alicerçavam na demonstrada potência do marxismo como "a grande filosofia do nosso tempo", a única verdadeiramente capaz de "transformar o mundo". Junto com as pedras do muro de Berlim caiu a base de um sistema filosófico com a realidade demonstrando que o marxismo padecia de muitos dos males das razões autoritárias, também em crise. Ficou patente, para quem se dispôs a livrar-se de dogmas, que o marxismo, a despeito do recurso à dialética contra o mecanicismo e das pretensões metodológicas de um sistema totalizante, em oposição às abordagens particularistas, também compartilhava de limitações comuns aos demais sistemas fechados.

Por isto tudo, a queda do muro de Berlim continua sendo o evento mais evocativo e com mais força simbólica, que antecipou a dimensão de tragédia que, apenas três anos mais tarde, seria configurada pelo desmonte do bloco soviético, com sucessivas crises que levaram a sangrentas guerras civis e culminaram com o desmonte da própria União Soviética.

Entre as várias possibilidades de abordagem - filosófica, teórica e política - optamos por responder à perplexidade apontando a dimensão estratégica dos problemas que este mundo apresenta para quem quiser pensar alternativas para o Brasil. Definitivamente este mundo é muito diferente do que vivíamos há menos de uma década atrás. Sua principal característica é a substituição de um <II>sistema bipolar<FI>, assentado na disputa entre os EUA e a URSS, por um mundo marcado por um <II>sistema unipolar<FI>, amparado na hegemonia dos EUA.

Reconhecemos que ainda há dificuldades para a assimilação da compreensão de um mundo comandado por um único pólo de poder. Embora essas dificuldades sejam menores do que existia, por exemplo, há três anos atrás, quando a guerra dos EUA contra o Iraque constituiu o primeiro teste daquilo que seria a nova face do poder mundial: o domínio da superpotência que é a maior potência industrial, o maior produtor agrícola, o maior centro financeiro, o maior exportador e o maior importador do mundo e que também é a potência militar que não tem similar no planeta.

As dificuldades decorrem, em primeiro lugar, do hibridismo existente entre o superado <II>sistema bipolar<FI> e o novo <II>sistema unipolar<FI>. São elementos do antigo sistema parecem

revitalizar tendências (como os conflitos regionais, por exemplo). São aspectos secundários e não determinantes que sugerem rumos que não constituem tendências mundiais (a impressão de que ocorre uma multipolaridade econômica que poderia transformar-se numa multipolaridade política). São também traços ocultos das tendências dominantes que ainda não foram integralmente reveladas (por exemplo, todas as conseqüências do processo de secessão na Rússia).

Uma segunda ordem de dificuldades, que ainda impede a identificação da unipolaridade como tendência dominante, exige uma abordagem que necessitava amparar-se na filosofia. Trata-se da identificação de algo que poderia ser definido como uma "dinâmica própria da contemporaneidade" que Adelmo Genro Filho (?) havia identificado como conseqüência da violenta aceleração do ciclo da práxis. Isto é, a redução drástica do tempo decorrido entre o surgimento de uma idéia e sua dimensão, em escala planetária, como produtos, serviços ou mesmo valores.

Esta aceleração do ciclo da práxis não tem como contrapartida um movimento de reapropriação do real pela consciência. Assim, o elemento deflagrador do fenômeno da alienação - entendido por Adelmo Genro Filho como uma essência humana não apropriada - adquire mais potência e distancia, cada vez mais, o homem do controle da sua essência, que ele próprio produz sem perceber. Os produtos da atividade humana se transformam, no ritmo da mercadoria, cada vez mais em coisas. O homem se coisifica.

A perda da identidade do homem com seus próprios produtos parece gerar uma época das atitudes paradoxais, no qual os homens insistem em pensar o mundo com a legalidade de um sistema que não mais vive, deixando de dar à realidade o estatuto correspondente à profundidade das modificações que o mundo está sofrendo. Isto ocorre quando se pensa, por exemplo, a realidade de países com o modelo de "estado-nação" surgido há dois séculos e que está sendo desenvolvido pelas novas relações no sistema internacional.

O mundo dos paradoxos é aquele no qual se celebrou o "justiçamento" do Iraque pelos EUA (sob a capa das "forças aliadas") e, oportunamente, se esqueceu da reinstalação de campos de concentração e da reedição de práticas de "purificação étnica" na ante-sala da Europa, como ocorre na Jugoslávia. É o mundo no qual se possibilita aos indivíduos uma maior cosmovisão, notadamente com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, que dão familiaridade a situações ocorridas em qualquer parte do planeta e, paradoxalmente, estes mesmos meios alimentam atitudes egoístas e de um individualismo exacerbado. É um mundo no qual se disseminam, como nunca, idéias sobre o universo e se torna questão atual e pública a possível existência de manifestações extra-terrestres num monte de Marte onde parece haver a escultura de um rosto e, ao mesmo tempo, verificam-se manifestações de obscurantismo e conservadorismo próprias da Idade Média em relação, por exemplo, à sexualidade. É um mundo no qual se verifica uma quase completa interpenetração dos mercados e que, em contrapartida, é atravessado pela reedição de violentas práticas e atitudes de racismo e xenofobia.

Esta natureza paradoxal própria da contemporaneidade é aquilo que faz, para tornar próximos esses exemplos, com que os mesmos que, sinceramente, juraram defender a nossa "Constituição cidadã", hoje querem mutilá-la. Também é aquilo que faz com que um partido como o PT, que recusou-se a assinar a Constituição, hoje defenda, com unhas e dentes, a sua intocabilidade. Ou então, como lembra o almirante Mário Flores, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos: "É curioso observar que os monopólios e a estatização, ambos cultivados no regime de 1964, são hoje

defendidos pelos que mais combateram aquele regime; e os defendem usando inclusive o conceito da segurança nacional!".

Dirão, provavelmente, que cada uma destas situações "é diferentes". Não estão errados. A "diferença", que produz estes paradoxos, é a produzida por um mundo no qual se acelerou o ciclo da práxis e no qual os homens redefinem constantemente suas referências, por pragmatismo ou, mesmo, por puro e simples dogmatismo.

UNIPOLARIDADE

Identificamos, portanto, como tendência dominante, a constituição de um Sistema Internacional alicerçado na unipolaridade. Trata-se de um mundo onde uma única potência, ampliada economicamente com a constituição do Nafta (?) e ampliada política e militarmente com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) incidindo sobre todos os subsistemas do planeta e defendendo seu sentido dominante como uma legalidade essencial.

Trata-se de um mundo que, apesar da universalidade desta tendência principal, é atravessado por <II>contratendências<FI> que, embora não sejam suficientemente fortes para redefinir o equilíbrio do Sistema Internacional, inserem elementos de tensão e contradição e estão, continuamente, desafiando o ator principal, seja comercialmente, seja diplomaticamente, seja econômica ou militarmente.

Até o presente momento, os EUA demonstram clara percepção da necessidade de fazer frente a contratendências manifestas, por exemplo, como a emergência da China, como a possibilidade de constituição de uma zona de co-prosperidade islâmica, unindo os países do centro da Ásia; como as pretensões japonesas de tornar-se mais claramente hegemônico no processo asiático, militarizando-se e nuclearizando-se e desfrutando de mais autonomia estratégico, o que foi traduzido num livro de sucesso de um empresário que leva o sugestivo título <II>O Japão sabe dizer não<FI>; como a tentativa de criação do Mercosul, como bloco regional.

Citamos apenas alguns das dezenas de manifestações que poderiam constituir exemplo. Assim como poderíamos observar a resposta dos EUA a cada um destes processos: a zona de co-prosperidade islâmica é sabotada com o apoio dos EUA a uma liderança como Zenair Bhuto, do Paquistão, uma espécie de "Collor de Mello" paquistanesa, que já havia sido derrubada por corrupção, e agora volta com o apoio dos EUA para fazer frente aos militares de tendência islâmica; esta zona islâmica também é respondida com a presença de uma esquadra no golfo pérsico, ao lado do Irã; o Japão silenciou quanto às pretensões de militarizar-se e nuclearizar-se e "sem dizer não", aceitou entrar em recessão para não atropelar interesses dos EUA, responsável pela absorção de 90% das suas exportações, o que não deixa de ser uma atitude de submissão invulgar para um país que não está ocupado; no caso do Mercosul, a Argentina, autopromovida à condição de guardião dos interesses dos EUA na região, está encarregado da criação de embaraços e defesa da inserção direta ou indireta dos países dos países latino-americanos ao Nafta.

Verifica-se assim intensa movimentação da potência que encarna a <II>unipolaridade<FI>, por vias diplomáticas, comerciais e mesmo militares. A <II>unipolaridade<FI>, hoje afirmada, entretanto, não se confunde com uma forma clássica de Paz Imperial, estabelecendo formas de <II>multilateralidade<FI> - o que não se confunde como <II>multipolaridade<FI> - que dão

legitimidade e capacidade de ação para os EUA, gerando um sistema internacional que tem como uma das suas características a <II>interdependência<FI>, como veremos a seguir.

INTERDEPENDÊNCIA

A instabilidade do mundo contemporâneo ainda faz com que o pólo de poder internacional representado pelos EUA necessita estar ativo para enfrentar diplomática, comercial ou mesmo militarmente, a toda e qualquer contra-tendência.

Para isto, precisamos manter formas de multilateralidade, através de mecanismos de consulta e de busca da legitimidade para suas iniciativas.

Nunca, na história, a Organização das Nações Unidas teve um papel tão importante. Os EUA, que em (?) abandonaram a Unesco e chegaram a ameaçar com uma retirada da ONU, hoje tem nesta organização um instrumento indispensável para a consecução da sua estratégia.

O resultado são relações complexas em que os elementos necessários de multilateralidade - que, insistimos, não se confundem com multipolaridade - abrem perspectivas inovadoras para os países sem autonomia estratégica, em função da abertura para o espaço da diplomacia e para a possibilidade de alianças táticas. O processo de consulta aos aliados acaba se estendendo, de alguma maneira, aos países periféricos melhor situados e que demonstrem mais capacidade de ação diplomática.

PLANETARIZAÇÃO

A aceleração do ciclo da práxis, como vimos, também corresponde à dimensão da lógica da mercadoria, com a criação de um mercado tendencialmente único no mundo.

A interpenetração e a interdependência dos mercados é um fato objetivo e inexorável, com a criação de uma única divisão do trabalho no mundo. Planetarização, neste sentido, significa um impulso até certo ponto irresistível sobre todas as economias do planeta, movido pela lógica da mercadoria e do capital.

II. ALTERNATIVAS EM DISPUTA NO BRASIL

A realidade que temos pela frente é a de um equilíbrio do Sistema Internacional assentado num poder <II>unipolar<FI>, num mundo onde <II>interdependência<FI> e <II>planetarização<FI> são traços fundamentais. Nosso problema é reconhecer a realidade da interdependência sem fazer uma apologia da dependência e lidar com a busca da maior autonomia estratégica possível, nesse quadro e, também, reconhecer a realidade da planetarização, não se transformando num submissão dócil à lógica do capital e buscando a afirmação da consciência e de finalidades humanas.

A pressão dos países centrais sobre a periferia, através de organismos internacionais como o FMI (?) e o GATT (?) apontam para transformações profundas no sistema econômico internacional é alterar a condição de exportador de capital, atribuída aos países da periferia, que iniciou por volta da crise do petróleo e se estende até o final da década de 80.

O novo papel reservado aos países da periferia não será mais o de pagar dívidas que já se mostraram impagáveis. O saldo no balanço de pagamentos, originalmente voltado para o pagamento da amortização e juros da dívida externa agora será voltado para financiar importações.

Assumindo a condição de exportador de bens de capital - localizando na periferia uma produção que encontra mão de obra mais barata e legislação ambiental menos exigente - os países periféricos atuarão como grandes importadores da produção dos países centrais.

Assim, exportando bens e produtos com preços aviltados e importando bens com preços correntes no mercado internacional os países em desenvolvimento, sem grandes modificações no seu sistema produtivo, poderão se adaptar às exigências da nova ordem econômica internacional. Isto significa que, mesmo mantendo um mercado interno reduzido - limitado, no caso brasileiro, a uma elite consumidora que representa cerca de 15% da população - será possível retomar o desenvolvimento econômico com a manutenção de um balanço de pagamentos capaz de pagar uma ampliada pauta de importações.

Diante destas requisições que, no caso do FMI são absolutamente explícitas, existem duas ordens de resposta: de um lado, os liberais, que poderíamos definir como <II>dogmáticos<FI> e, do outro lado, os setores que defendem formas mais ou menos submissas de integração, entre os quais destacamos a atual equipe do Ministério da Fazenda, capitaneado por Fernando Henrique Cardoso, que podemos identificar como <II>pragmáticos<FI>. Em nossa avaliação as duas vertentes apresentam sérios problemas.

A VERTENTE DOGMÁTICA

Na posição os liberais e neoliberais de diversos matizes, a síntese não assumida publicamente é a de que o exercício das opções econômicas do país se torna inviável por causa dos civis e da turbulenta democracia brasileira. As dificuldades trazidas pela democracia são o embaraço do país e a fonte da impunidade dos corruptos e do não funcionamento adequados dos poderes. O ideal destes liberais parece ser o Chile: uma esguerra colocada num gueto, os militares tutelando o Estado e a sociedade civil e as instituições mantidas em funcionamento.

Na verdade, trata-se de uma reedição do ideal autárquico que previa a máxima independência balizando uma inserção vantajosa na divisão internacional do trabalho.

Os liberais <II>dogmáticos<FI> são hoje a principal fonte inspiradora de um projeto autoritário para o país e vêm na estratégia de inserção defendida pelos <II>pragmáticos<FI> um atentado à soberania do país, uma abdicação da soberania.

Como é próprio de todas as posições <II>dogmáticas<FI>, estes liberais unilateralizam um aspecto da realidade que é encarar soberania apenas sob o aspecto econômico, recusando a idéia de que a autonomia estratégica decorra de uma multiplicidade de fatores.

A VERTENTE PRAGMÁTICA

Entre aqueles que definimos, para os efeitos desta análise, como <II>pragmáticos<FI>, deixarem de lado os que propõe a pura e simples submissão às exigências do sistema internacional, com um

imediatismo irresponsável e falta de projeto de longo prazo, acreditando que a melhor saída e a total integração à divisão internacional do trabalho que esta sendo imposta e que a "lógica da mercadoria" nos livrará automaticamente das mazelas do "estatismo" e da indevida "intervenção da política sobre a economia".

Entre os pragmáticos, a proposta mais consistente é a da equipe de FHC que prevê o convívio com o movimento de substituição da exportação de capitais para uma nova dinâmica de exportações e importações.

Um dos problemas desta proposta é a manobra que, tudo indica, esteja sendo tentada pela equipe de FHC: que é a de oscilar entre o estreitamento de vínculos tanto com o bloco europeu como com o Nafta, talvez com uma valorização do papel do Mercosul.

As dificuldades para constituição do bloco europeu, entretanto, parecem levar a que, apesar das boas intenções da equipe de FHC, levará o Brasil a um progressivo alinhamento com o Nafta.

O problema, em si, não é um certo grau de alinhamento com o Nafta, o que parece inevitável, mas é a forma limitada com que se fará isto, com uma estratégia feita exclusivamente a partir da área econômica. Aliás, é saudável que no ministério da Fazenda esteja um sociólogo e seja perceptível seu esforço para promover uma certa politização do debate sobre as alternativas, embora muito aquém da necessidade de partilhar o poder no país, sobre a capacidade de produzir as opções.

Diante de um Congresso e uma sociedade civil despreparada para o debate, as alternativas estratégicas do país vão sendo constituídas ao sabor das soluções dos "problemas de caixa" e de "financiamento do aparato governamental".

A estratégia de "integração" defendida pela equipe de FHC, embora pareça ser consistente nas medidas que estão sendo preparadas para derrubar a inflação e provavelmente criem condições favoráveis para a manutenção do crescimento econômico, não vão além das "soluções tradicionais" e não parecem ter fôlego para superar em larga escala a miséria, a ausência do mercado e da cidadania de dezenas de milhões de brasileiros.

Na verdade, manter o Brasil nos marcos de uma democracia formal, plutocrata, isto é, um governo que representa, no essencial as elites econômicas do país, mantendo a exclusão de dezenas de milhões de brasileiros, não assegurará uma real autonomia estratégica para o país: trata-se da integração à lógica imposta pelo Sistema Internacional.

III. NOSSA PROPOSTA

A hipótese que levantamos é a da necessidade de construção de diversos elementos de potência para obter resultados, também diversos, apontando para a construção de uma "sociedade inteligente". Esta poderia ser entendida como uma resposta brasileira para a contemporaneidade.

Partimos da inversão, produzida por Adelmo Genro Filho, na compreensão da política, usualmente pensada como luta pelo poder e como base de um entendimento que define poder como finalidade da política.

Ao contrário, Adelmo entende política como trânsito da essência humana e poder como o resultado da distribuição das possibilidades de trânsito das essências humanas.

Com essa inversão de Adelmo, podemos redefinir a fetichização das relações entre potência e poder. Comumente, poder é entendido como o exercício do poder. Ao contrário, entendemos que o exercício do poder depende do grau de potência desenvolvida pelos atores nas relações conflitivas.

Assim como o senso comum instalado na ciência política apanha a política pelos seus efeitos e não por sua essência, queremos apontar potência como prerrogativa para o exercício do poder. Queremos pensar o exercício do poder dependente da modalidade de distribuição de potência que existe na sociedade. Isto explica porque uma sociedade poder ser potente do ponto de vista militar, mas não ter capacidade para exercer hegemonia.

Entendemos que um traço comum entre as propostas <II>dogmáticas<FI> e <II>pragmáticas<FI> é a exacerbação do papel da economia na constituição de potência para o país. Ambas as vertentes restringem o espaço da política e não reconhecem a superioridade estratégica da democracia em relação aos governos autoritários. Deixam de reconhecer, assim, que a pluralidade é um elemento de potência e que o exercício da pluralidade é um fator de construção de potência.

Aliás, é notável o reconhecimento de que a democracia foi deixada de lado na América Latina, nas décadas de 60 e 70, com o apoio dos países do norte, em nome do alinhamento requeridos pelos EUA e URSS. Hoje, a democracia é usada como arma contra os países do sul. É verdade que faz-se "vista grossa" a regimes tutelados como o chileno ou, mais explicitamente, como o peruano, ou mesmo com rupturas institucionais como a liderada por Ieltsin na Rússia, quando os seus interesses dos EUA assim recomendam. Outras manifestações "autoritárias", entretanto, como a do Iraque, passam a ser "insuportáveis" e justificam represálias e, inclusive, intervenções armadas.

Aliás, o entusiasmo juvenil dos que hoje tramam um projeto autoritário para o Brasil precisa ser refreado com uma reflexão de que algum tipo de golpe, no país, ainda que nos bastidores possa ter sinal verde, poderá levar a um apoio internacional, talvez dos próprios EUA, a um processo de resistência. Isto é, não é impossível que seja estimulado um golpe, de parte de "setores nacionalistas" e com a pretensão de "moralização do país" e os países centrais alimentarem a resistência à essa ditadura, deixando o país esfacelado por sangrentas disputas internas. A quem interessa o acirramento de ânimos internos e um eventual processo de guerra civil no país? Com certeza, aos que tem interesse de neutralizar as potencialidades do país e impedir o papel que o Brasil pode cumprir no Sistema Internacional.

Ao contrário deste tipo de risco, o que necessitamos é usar a democracia como instrumento do sul contra o norte. Para isto, temos que ir além dos parâmetros da democracia burguesa formal, cujos cânones datam de dois séculos atrás e que prevê uma perfeita representação da sociedade por um Estado dividido em três poderes.

Não é preciso demonstrar que o Estado, na medida em que se torna complexo e movido por uma burocracia gigantesca, tende a agir em função de seus próprios interesses. Também não cremos ser necessário demonstrar que a sociedade e os setores sociais que a representam, agem movidos por interesses imediatos e particularistas. Há muito, Estado e sociedade não falam a mesma linguagem, não tem um termo comum de entendimento.

Nosso desafio é politizar essas relações, através de instituições que se especializam na produção e no trânsito das essências humanas e que superam as lacunas abertas pelo formalismo de meios de representação concebidos numa época em que a dinâmica era a da modernidade e não da contemporaneidade.

Necessitamos instituições que capacitem a sociedade a politizar suas relações com o Estado e levem o Estado a cumprir sua função social que é a qualificação e regulação das relações e práticas sociais. São instituições que reestabelecem o sentido de meio e fim entre o Estado e a sociedade.

Esta é, definitivamente, uma tarefa revolucionária, mas que não é utópica, nem promete "o céu na terra", pois envolve uma disposição para afirmar a radicalização da democracia, consistindo numa recusa dos aspectos adjetivos da democracia tida, por exemplo, como "representação do povo", em função de uma valorização dos elementos de controle do exercício do poder.

Estamos nos referindo à necessidade de instituições que cumpram o papel de "elementos conversores" da linguagem entre o Estado e a sociedade, alcançando uma base de diálogo hoje inexistente. Isto significa superar o formalismo na busca de uma relação contratual entre o Estado e a sociedade, como ocorre nas práticas de representação que servem, fundamentalmente, para usurpar uma representação que não se efetiva.

Dirão os formalistas que os mecanismos "constitucionais" e de "reforma" possibilitam redefinições dessas "bases contratuais". Na verdade isso é puro formalismo. O que defendemos é algo distinto da fórmula de "megacontrato" de tipo roussoniano". Queremos instituições que permitam o estabelecimento de uma nova "lógica contratual", que faz com que os setores da sociedade se expressem na vida pública de forma sistemática e permanente, pactuando e repactuando relações. Por não envolverem a "elaboração de leis", estas relações podem ser equacionadas de modo não formalista e dogmático, de modo adequado à dinâmica da contemporaneidade.

Estas instituições que deverão ser deverão se constituir em "pólos inversores" deverão ser capazes de dotar a sociedade de sentido humano, indo além das demandas corporativas, e capacitando a sociedade e o próprio Estado, para que se estabeleça uma relação de meio e fim que deve existir entre os dois, adequando a todos para os ritmos da contemporaneidade.

Nestas novas relações, sociedade inteligente, é aquela que se capacita para lidar com o Estado de "igual para igual", que não se intimida com "questões técnicas" e que sabe que a política e a estratégia devem estar no posto de comando. Na <II>sociedade inteligente<FI>, além da representação exercida pelo parlamento e pelas organizações governamentais, teremos mecanismos próprios da sociedade e o estabelecimento de uma rede de mediações que prodizam força material notável.

Isto significa estabelecer formas de relações que vão além dos interesses eleitorais dos partidos e indivíduos que ocupam posições no governo e contribuiria para dar persistência para a consecução de projetos e políticas públicas.

CONSELHO

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, é uma típica instituição voltada para a construção da <II>sociedade inteligente<FI>.

Decorre desta preocupação a busca estratégica da criação de instituições especializadas na "mediação" entre aquilo que o setor privado-comercial produz e o que é assistido pelo público, criando-se uma relação de duplo sentido. Esta relação consiste, de um lado, em saber valorizar frente ao público consumidor aquelas obras que contém valor estético, e aqueles conteúdos que transitam valores humanos e qualificam a cultura. Enfim, busca-se a elevação do nível de percepção do público e o desenvolvimento do seu senso crítico, apurando seu discernimento, dotando-o de premissas a partir das quais seja possível estabelecer uma relação crítica com a mídia e, portanto, sendo virtualmente humanizadora.

Em contrapartida, de outro lado, esta relação leva as demandas dos setores organizados da sociedade para dentro dos veículos privado-comerciais, responsáveis pela produção de programação, estimulando as práticas qualificadas e expondo-lhes a crítica quando estes incorrem em concorrência predatória, degenerando o conteúdo da programação - por exemplo, com o recurso gratuito à pornografia e à violência - ou mesmo discutindo alternativas para a programação destituída de valor estético e que brutaliza e desumaniza.

Este é um complexo campo de debate, porém inarredável. Infelizmente, para uma grande parte dos profissionais da área da comunicação - jornalistas, radialistas, artistas, etc. - o conceito de estética não faz o menor sentido e suas atuações profissionais tendem a se reduzir a um tecnicismo operativo. O problema, evidente, não é menor entre os setores mais esclarecidos da sociedade civil. O que não é gratuito, pois um dos aspectos perversos da comunicação de massas tem sido, a condição de emascular da produção cultural de massa a categoria da estética.

Enfatizamos que estética supõe juízo, e que juízo supõe crítica e debate. Eliminando-se o debate da percepção estética, elimina-se o juízo e a crítica. É um problema da cidadania superar a mera relação de empatia e identificação com os produtos veiculados nos meios de comunicação de massa e substituir essa relação passiva por uma atitude crítica diante desses conteúdos. Essa relação crítica constitui um momento importante da construção da cidadania porque ela forma indivíduos que, se não forem assim mobilizados por um esforço de capacitação crítica - no contexto de um projeto de construção da cultura e da nacionalidade - serão reduzidos à condição de meros objetos de um mercado que privilegia a relação instrumental.

O Conselho, diante desse complexo e grave problema da contemporaneidade, portanto, atuará sobre uma esfera de problemas que é brasileira, mas também é universal. Trata-se do esforço para que no país se controle, de forma democrática e plural, os meios que a própria sociedade desenvolve e para que estes - os meios de comunicação, inclusive, não se voltem contra o próprio homem. Uma experiência dessa natureza, se bem sucedida, poderia, pela força do exemplo, ter importância para a própria humanidade.

REVISÃO CONSTITUCIONAL

A esquerda está prestes a sofrer a sua pior derrota política desde 1964, com a derrubada de garantias e direitos dos trabalhadores inseridos na Constituição de 88, com a perda de espaço político às vésperas das disputa presidencial de 94 e com possibilidade de isolamento político.

A causa principal desta possível derrota é a disposição de manter até o fim uma atitude contrária à revisão com uma postura peremptória e meramente contrapositiva.

Sem uma rápida recomposição de estratégia não se poderá atribuir apenas à direita a perda de direitos e este isolamento. A lógica contrapositiva e defensiva adotada pela esquerda desarmam politicamente e levam ao paroxismo a negatividade que marca, historicamente, o perfil da esquerda no país.

A realidade inexorável da ocorrência da revisão talvez contribua para uma avaliação menos emocional do contexto em que se dá a ampla aliança política que está pronta para levar a cabo a revisão e que vai de setores de centro-esquerda até a extrema-direita.

A amplitude desta aliança não é casual. Diz respeito à realidade do mundo contemporâneo, à realidade de um mercado planetarizado e relações econômicas globalizadas. Esta nova realidade, que corresponde a um novo perfil das relações internacionais tem profundos desdobramentos nas realidades políticas no interior de cada país e no próprio papel de cada Estado-nação. Corresponde à explicitação da lógica da mercadoria, num sentido mais universal, e aos interesses do megabloco capitaneado pelos Estados Unidos, num sentido mais particular, a ideologia neoliberal que prega o desmonte dos Estados nacionais e a acomodação das forças impulsionada exclusivamente pelas relações de mercado.

Exatamente com uma postura que revela mais "perplexidade" diante das novas relações, atravessada por uma crise de premissas lógicas, a esquerda tem dificuldades para assumir assim uma postura que vá além da mera contraposição. Assim, a esquerda atribuiu um sentido único às bandeiras que os neoliberais atribuem à modernidade, que são de "interdependência" e de "planetarização do mercado".

Na verdade, estes são traços da contemporaneidade e não da modernidade que já se esgotou com a falência tanto dos modelos socialistas, como dos modelos keynesianos e do estado do bem-estar social (<II>welfare state<FI>) e das economias com desenvolvimento autarquicamente impulsionado pelo Estado. A postura de recusa de uma realidade que tem seu controno se impondo inexoravelmente é uma das fontes do isolamento da esquerda.

A única saída, agora, parece ser uma rápida recomposição de posição e a conscientização de que não é possível um posicionamento, neste contexto, apenas instrumentalizando as perspectivas da candidatura de 94. É necessário perceber que, na disputa da revisão constitucional, está em jogo o perfil institucional do país.

Sem simplificar esta disputa é preciso perceber que é necessário e é possível estabelecer pontes com setores de centro-esquerda, de centro e até da direita, em torno de projetos nacionais. Na verdade, é preciso perceber que estes "rótulos" quase não tem mais sentido. É preciso uma reatribuição de sentido às posições e alianças. Só para insistir num exemplo: a política das Forças Armadas em relação à Amazônia é muito mais "revolucionária" do que as posições dominantes na esquerda.

A grande tarefa da esquerda parece ser a adoção de uma "tática de paradoxo". Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a inserção do Brasil num mundo de mercado globalizado é inevitável. A tarefa que se impõe, portanto, é buscar uma forma de "interdependência" e de "planetarização" que não se reduza, respectivamente, a uma "mera dependência" e a "pura e simples submissão ao mercado". Isto é, o esforço é para que "interdependência" não seja um caminho para uma mera diluição no contexto dos interesses dos países do centro do Sistema Internacional e para que o convívio com a "planetarização" não implique em uma assimilação dos aspectos bárbaros e desumanos das relações que são "exportadas" do "centro" para os países da periferia.

Insistimos: o que está em disputa, fundamentalmente, na revisão da constituição, não são as eleições de 94, mas o perfil institucional do país. Ficar fora desta disputa é aceitar o comprometimento, inclusive, da estrutura do aparelho governamental do Estado cujo presidente será eleito em 94.

Mais do que isto: sem um reequilíbrio dos poderes, por exemplo, com mecanismos como o controle externo do judiciário - cuja "politização" crescente está sendo perigosamente alimentada pela própria esquerda, sempre disposta a patrocinar o acumamento do Executivo e do Legislativo, quando estes estão nas mãos "dos outros" - o que poderemos ter em 94 é um Executivo "eunuco", que pode ser obstaculizado por um poder sobre o qual a sociedade não dispõe de nenhum controle ou fiscalização.

A tarefa da esquerda, portanto, é articular a adaptação do Brasil para uma integração com o novo Sistema Internacional de modo que "interdependência" e "planetarização" não signifique a simples eliminação de garantias dos trabalhadores, direitos humanos e individuais e a destruição do Estado.

Sem política, restará o recurso da força bruta contra uma força bruta que se sabe muito maior e o desperdício dos elementos "humanistas" que hoje vicejam mesmo entre setores de centro-esquerda, centro e direita.

Despindo de preconceitos o posicionamento da esquerda, é preciso reconhecer que é necessária uma recomposição do papel do Estado no Brasil e uma redefinição da integração aos mercados internacionais. Isto implica em dotar o país de uma política de privatizações, de novas relações com o capital internacional e de uma nova política, entre outras medidas de natureza estrutural.

Simplemente negando que isso é necessário, a esquerda fica fora da disputa e deixará que esse equacionamento fique nas mãos, na melhor hipótese, do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) ou, não se descarta, dos setores mais articulados com os interesses do Departamento de Estado dos EUA.

É preciso, portanto, romper com a lógica saudosista e contrapositiva e tornar a esquerda ciente das determinações da contemporaneidade para que se possa disputar o perfil do Brasil contemporâneo. Isto implica num esforço para romper o atrado e disputar o conteúdo da revisão, indo além da sua mera negação formal.

LUTA PELO CONSELHO

Finalmente a confirmação: o empresariado de comunicação estava, de fato, trabalhando nos bastidores do Congresso para impedir a votação da composição do Conselho de Comunicação Social, acertada em acordo mantido com o Fórum. Mais do que isso, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a maior entidade empresarial da área da comunicação, está assumindo publicamente (ver matéria em anexo) que quer derrubar o Conselho na revisão constitucional. Neste quadro, não pode haver hesitações no Fórum. Temos que fazer vigorar a estratégia e a política aprovada na IV Plenária, sob pena de comprometer irremediavelmente o conjunto da luta pela democratização da comunicação. Por isto, a FENAJ propõe aos companheiros da Coordenação do Fórum a avaliação e os encaminhamentos que se seguem.

Em tese apresentada na IV Plenária, em março de 93, a FENAJ denunciou, veementemente, o descompromisso de determinadas lideranças do Fórum com o conjunto da luta pela democratização da comunicação.

A unilateralização da luta, com sua redução a um único objetivo - apontava a tese da FENAJ - estava enfraquecendo o Fórum e colocava em risco a <II>única<FI> conquista obtida pelo Fórum, que foi a aprovação da Lei, que regulamentou o Conselho de Comunicação Social.

Verificava-se, de parte de alguns companheiros, não só descompromisso, mas engajamento <II>contra<FI> a composição do Conselho.

Decorridos quase oito meses desta Plenária, contata-se que a unilateralização da luta pela democratização continua a mesma. A estreiteza da percepção destes companheiros parece não lhes deixar perceber que sem engendramos uma lógica de relação com o empresariado de comunicação, a base do poder real na área da comunicação no Brasil - uma relação na qual se articulam tanto elementos de força, como de abertura de possibilidades de interlocução - não avançaremos e não alcançaremos <II>nenhum objetivo<FI> do Fórum.

O resultado da política desagregadora que viemos mantendo é um completo retrocesso. Não avançamos nem na constituição da força e nem nas bases de interlocução.

Não adianta mais fantasiar relatos e avaliações tão grandiloqüentes quanto mentirosas, nas quais os adjetivos tomam lugar dos substantivos - na reedição de uma prática perversamente manipulatória: a verdade é que estamos acumulando derrotas em todas as frentes:

<IE>*<FE> os empresários estão assumindo que querem derrubar o Conselho, traindo o acordo feito quando o Fórum demonstrava ter alguma força;
<IE>*<FE> não criamos um espaço de interlocução em relação à LID, que está sendo simplesmente repelida pelo conjunto dos empresários de comunicação, criando as condições para uma rejeição pela maioria conservadora do Congresso;
<IE>*<FE> o empresariado abandonou o processo de negociação da TV a Cabo e os grupos monopolistas aceleraram a implantação das redes em todo o Brasil;
<IE>*<FE> o governo recuou da disposição de patrocinar uma reestruturação da Rede Manchete em bases democráticas;
<IE>*<FE> estamos menos organizados do que em 1991, ano de surgimento do Fórum;

<IE>*<FE> a Coordenação enfrenta imensas dificuldades até mesmo para se reunir, verificando-se, inclusive, desinteresse, da parte de alguns, no funcionamento desta instância.

Verificamos que todos estes fatos deixam claro que não está sendo implementada a política tirada na IV Plenária. Estes fatos, segundo entendemos, constituem resultado de ações explícitas para desagregar o Fórum.

Ainda não temos elementos suficientes para afirmar que há uma intencionalidade nas ações desagregadoras que estão em curso. Preferimos acreditar que há atitudes equivocadas que devem ser urgentemente repensadas. Mas a FENAJ não tem nenhuma dúvida: <II>não são mais suportáveis<FI> as ações fracionistas e desagregadoras.

A defesa da unidade do Fórum - intransigentemente defendida pela FENAJ, principal articuladora do esforço, iniciado em 1991, que resultou na criação do Fórum - não pode ter como preço a imobilidade, uma atitude impotente e de renúncia à natureza coletiva das nossas ações.

Na sua última reunião (15/9), a Coordenação do Fórum fez um apelo franco às entidades cujos representantes a integram, ressaltando que "os Comitês e Entidades Nacionais que não se sentirem em condições de se fazer representar junto à Coordenação ou não tiverem condições de oferecer representantes com real disponibilidade para responder às tarefas exigidas pelo Fórum, que reconheçam francamente esta situação e formalizem sua desistência. A Coordenação entende que isto não significará um abandono da luta pela democratização mas, ao contrário, uma afirmação de compromisso, diante de encargos que eventualmente não se tenha condições de assumir" (<II>Fax*Fórum<FI> 12, p.4)

A FENAJ gostaria de propor ao conjunto do Fórum, também francamente, um apelo ainda mais dramático: aqueles Comitês, Entidades Nacionais e companheiros que não se disponham a agir coletivamente e que estão empenhados em ações de natureza particular ou pessoal, que assumam claramente esta atitude. E que cada posição siga o seu caminho, sem que uma entrave a outra.

A FENAJ <II>não hesitará<FI> na busca da fidelidade à política traçada na IV Plenária e na criação de um movimento unitário, de caráter nacional, reunindo o mais amplo conjunto de setores da sociedade civil que se disponha a enfrentar <II>coletivamente<FI> a luta pela democratização em <II>toda a sua complexidade e abrangência<FI>.

A FENAJ está disposta a buscar a criação deste movimento mesmo que o atual perfil do Fórum tenha que ser redesenhado.

O que <II>não é mais suportável<FI> é a <II>hipocrisia<FI> de se assumir compromissos públicos que são violados, acordos que são desrespeitados por companheiros do Fórum, sem nenhum pudor ou sentido ético. Não é mais possível conviver com os que agem para solapar a unidade do Fórum.

É necessária uma reestruturação do Fórum? Então que a façamos agora. Mais tarde, será tarde demais. Não há mais como fantasiar nossa situação com relatos grandiloqüentes.

A estupidez desta atitude está estampada na renúncia objetiva que alguns companheiros estão fazendo em relação à única conquista até agora alcançada pelo Fórum.

Na situação em que nos encontramos - esta é a proposta da FENAJ - só há uma <II>prioridade absoluta<FI> para o Fórum: a defesa do Conselho e da sua imediata composição.

Isto não significa abandonarmos as outras frente de luta, o que seria perder ainda mais terreno. Significa, isto sim, reconhecer a <II>anterioridade<FI> da luta pelo Conselho e o caráter <II>preliminar<FI> desta para o desempenho das demais.

Acreditamos que se alguém acha que alguma das frentes de luta possa avançar sem a solução prévia da disputa do Conselho, este alguém não tem a menor noção do que está acontecendo: não percebe a correlação de forças no Congresso; não entende que os meios de comunicação intensificarão a barreira já existente a qualquer avanço que lhes tire poder, com certeza até o desfecho do processo eleitoral de 94. Aliás, só um <II>empresariado burro<FI> entregaria <II>de graça<FI> avanços às vésperas de uma disputa eleitoral com a importância da que o país terá em 94. Não é o caso do empresariado de comunicação brasileiro. Diante de um <II>movimento frouxo<FI>, <II>burocratizado<FI> e <II>sem unidade interna<FI> como o Fórum vem se revelando, é compreensível que eles recuem inclusive nos acordos firmados publicamente.

Este é o momento, portanto, para nos concentrarmos em uma <II>única prioridade<FI>: a defesa do Conselho. O andamento das outras frentes de luta, assim, deve continuar para não perdermos terreno, mas <II>subordinado<FI> a este <II>objetivo prioritário<FI>.

Esta é a proposta da FENAJ com que pretendemos traduzir fielmente a política traçada pelo Fórum da IV Plenária que diz: "A busca dos objetivos políticos do Fórum será conduzida e hierarquizada de acordo com sua importância relativa e conjuntural. (...) fica entendido que <II>todos<FI> os objetivos políticos do Fórum são importantes e que o destaque e a concentração de esforços em cada um deles depende da conjuntura e da própria evolução global da luta pela democratização da comunicação; há uma profunda interconexão entre todos os objetivos políticos do Fórum e os resultados da luta pela democratização da comunicação só adquirem sentido se examinados globalmente; as campanhas públicas e as iniciativas, tomadas pelo Fórum, de mobilização da sociedade serão planejadas e administradas pela Coordenação do Fórum. Essas campanhas e iniciativas deverão refletir a interconexão dos objetivos políticos do Fórum; concentrações de esforços serão determinadas, pela Coordenação, de acordo com uma avaliação global da luta pela democratização da comunicação; (...)" (<II>Fax*Fórum<FI> 10, p.10).

Apresentamos esta proposta com a certeza de que <II>decisões deverão ser tomada<FI> agora, e que o Fórum não pode mais ser <II>emperrado<FI> por atitudes fracionistas e desagregadoras.

Para encaminhar estas decisões propomos o seguinte cronograma:

* entrada imediata de ação no STF exigindo a votação, pelo Congresso, da composição do Conselho;

* entre 8 e 12/10, com data a ser confirmada, realização em São Paulo de reunião da Coordenação;

* reunião em Brasília, dia 13/10, dos membros indicados pelo Fórum, para a composição do Conselho;

* visita, pelos membros indicados pelo Fórum, das lideranças de todos os partidos na Câmara e no Senado, com entrega de manifesto, a ser distribuído para todos os parlamentares;

* deflagração de ações políticas, pelos Comitês, Comissões Pró-Comitê e Entidades Nacionais, de denúncia da intenção de derrubada do Conselho e mobilização pela sua imediata composição;

* convocação de Plenária do Fórum para o início de novembro, já que as confirmações de presença para a V Plenária de 9 a 11/10 mostrou sua inviabilidade.

Brasília, 3 de outubro de 1993

<C>Daniel Herz

<C><IC>Representante da FENAJ na

<C>Coordenação do Fórum Nacional

<C>pela Democratização da Comunicação<FC>